

WIND PARTICIPAÇÕES SA

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO

ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA 01 - INFORMAÇÕES GERAIS

WIND PARTICIPAÇÕES S.A cadastrada no CNPJ sob o número 05.991.337/0001-21, constituída em 13/11/2003, tributada pelo Lucro Real Anual, é uma sociedade anônima fechada no ramo de Participação em outras sociedades. Com sede no município de Joinville/SC, na Rua Abdon Batista, nº 47 sala 401- Centro.

NOTA 02 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG1000) com atendimento integral do Pronunciamento Técnico PME Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas aprovado pela Resolução CFC nº 1.255/09, bem como da Lei nº 11.638/07 e da Lei nº 11.941/09.

2.1 Características qualitativas das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância do regime de competência, exceto a demonstração dos Fluxos de Caixa e dentro das exigências da NBC TG Estrutura Conceitual, Resolução CFC nº 1374/2011, conforme a seguir:

2.2 Características qualitativas fundamentais:

Relevância: Foram consideradas como relevantes as informações capazes de fazer diferença nas decisões por parte dos usuários das demonstrações contábeis;

Representação Fidedigna: As informações contábeis foram consideradas fidedignas quando representavam com fidedignidade o fenômeno que estavam por representar, sendo completa, neutra e livre de erro e ainda retratando essencialmente a realidade econômica dos fatos contábeis.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que também é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

2.4 Principais políticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia são:

(a) Conjunto de Demonstrações Contábeis

Com base na NBC TG 26, Resolução CFC nº 1185/2009 a empresa elaborou as seguintes demonstrações contábeis individuais: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e Notas Explicativas.

(b) A apuração do resultado de recebimentos de alugueis é feita segundo os seguintes critérios:

A empresa aluga salas comerciais e máquinas e equipamentos tanto para pessoa física como jurídica, reconhecendo suas receitas por regime de caixa.

(c) Determinação do Resultado

O resultado foi apurado tais como as normas brasileiras de contabilidade, editadas e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), quando possível estimar de forma confiável e ainda de acordo com o estágio de execução do referido serviço.

A Demonstração do Resultado foi estruturada em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, conforme preceitua a NBC TG 26 (R1), item nº 82, iniciando a partir da Receita Líquida, sendo ainda subdivida em operações continuadas e operações descontinuadas. Foram classificadas em operações continuadas aquelas que a empresa espera que tenham continuidade pelo menos por mais doze meses da data das demonstrações contábeis, sendo que as demais operações foram classificadas como operações descontinuadas. Os ativos imobilizados alienados na abrangência destas demonstrações, para os quais os administradores da entidade manifestaram o firme propósito de reposição por outro item de mesma natureza foram classificados como operações continuadas e para os quais a entidade não tinha interesse em reposição foram classificados como operações descontinuadas.

(c.1) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido tem objetivo apresentar o resultado da empresa para um período contábil, tanto receitas e despesas, que foram reconhecidas diretamente dentro do patrimônio líquido e ainda demonstrar os efeitos das mudanças em práticas contábeis (convergências às normas internacionais de contabilidade) e correções de erros de exercícios anteriores, valores investidos pelos sócios os lucros e outras distribuições que possam ter ocorrido durante os períodos cobertos pelas demonstrações contábeis.

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) apresenta todas as movimentações ocorridas dentro do patrimônio líquido durante os períodos cobertos por estas demonstrações contábeis e financeiras.

(c.2) Demonstração do Fluxo de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) tem a finalidade de demonstrar os fluxos de caixas e equivalentes de caixa ocorridos durante os períodos cobertos pelas demonstrações contábeis. Esta demonstração foi elaborada através do regime de caixa conforme determina a NBC TG 03 (R1), Resolução CFC nº. 1.296/2010 e está apresentada pelo método indireto de maneira a deixar transparentes os fluxos operacionais, investimentos e financiamentos da empresa.

Foram classificadas como equivalentes de caixa as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez que são mantidas pela empresa com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos e outros fins. O tempo do curto prazo foi considerado pela empresa como sendo de até 90 dias da data do fechamento das demonstrações contábeis.

Nas atividades operacionais foram consideradas todas aquelas que visam gerar receitas à empresa de maneira constante, em especial, todas as transações que passaram pelo resultado decorrente da atividade fim da empresa.

Foram classificados como atividades de investimentos as aquisições ou alienações de ativos de longo prazo e outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa, em especial: pagamentos de caixa para aquisições de ativos imobilizados, ativos intangíveis e outros ativos de longo prazo; recebimentos de caixa resultantes da venda de ativo imobilizado, intangível e outros ativos de longo prazo; pagamentos para aquisição de instrumentos de dívida ou patrimoniais de outras empresas e participações societárias (exceto desembolsos referentes a títulos considerados como equivalentes de caixa ou mantidos para negociação ou venda);

recebimentos de caixa resultantes da venda de instrumentos de dívida ou patrimoniais de outras empresas e participações societárias (exceto recebimentos referentes a títulos considerados como equivalentes de caixa ou mantidos para negociação ou venda); adiantamentos de caixa e empréstimos concedidos a terceiros; recebimentos de caixa por liquidação de adiantamentos e amortização de empréstimos concedidos a terceiros; pagamentos de caixa por contratos futuros, contratos a termo; recebimentos de caixa derivados de contratos futuros, contratos a termo, contratos de opção, exceto quando tais contratos forem mantidos para negociação ou venda, ou os recebimentos forem classificados como atividades de financiamento.

Foram classificados como atividades de financiamentos aquelas que resultam das alterações no tamanho e na composição do patrimônio líquido e dos empréstimos da empresa, em especial: caixa recebido pela emissão de instrumento patrimonial ou equivalente de caixa; pagamentos de caixa a investidores para adquirir ou resgatar quotas da empresa; caixa recebido por empréstimos, títulos de dívida, hipotecas e outros empréstimos de curto e longo prazos; pagamentos para amortização de empréstimo; pagamentos de caixa por um arrendatário para redução do passivo relativo a arrendamento mercantil (leasing) financeiro

(d) Classificação circulante e não circulante

Os ativos e passivos no balanço patrimonial são classificados como circulante quando mantidos principalmente para negociação e quando se espera realizá-los dentro de 12 meses após o período de divulgação. Os demais ativos e passivos são classificados como não circulantes. Os ativos e passivos fiscais deferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

(e) Continuidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas no curso normal dos negócios. A administração efetua uma avaliação das capacidades da Cia. de dar continuidade as suas atividades durante a elaboração das demonstrações contábeis. A Cia está adimplente em relação as cláusulas de dívidas na data da emissão dessas demonstrações contábeis e a administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Cia. de dar continuidade as suas atividades nos próximos 12 meses.

(f) Imobilizado

Imobilizado, avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Foram considerados ativos imobilizados os ativos tangíveis que são mantidos para uso na produção ou fornecimento de bens ou de serviços ou para fins administrativos e que se espera que sejam utilizados durante mais do que um período. O reconhecimento dos itens do imobilizado se deu quando existia probabilidade de benefício econômico futuro para a empresa e o custo do item foi mensurado de maneira confiável e ainda quando a empresa assumia substancialmente os Riscos, os Benefícios e o Controle de tais ativos, dentro da primazia da essência sobre a forma.

As peças de reposição de itens do imobilizado, quando seu valor era relevante, material e existia possibilidade de ser utilizadas por mais de um período foram consideradas como imobilizado. Na ocasião da ativação das peças de reposição, as peças antigas, foram baixadas. Quando não foi possível baixar as peças antigas, as de reposição foram consideradas como despesas no resultado.

A mensuração dos itens do imobilizado, a formação do custo, foi realizada da seguinte forma: preço de compra, incluindo os tributos não recuperáveis e todos os demais custos até o ponto do imobilizado estar em condições de uso. Os itens adquiridos através de financiamento, exceto ativos qualificáveis, foram considerados no reconhecimento inicial pelo valor presente dos pagamentos futuros ou valor justo, dos dois, o menor.

O ativo imobilizado foi depreciado através do método linear de ativos, levando em conta a estimativa da vida útil de cada item sendo que as despesas de depreciação foram reconhecidas no resultado do período. Na determinação das vidas úteis foram considerados, entre outros, os seguintes fatores: uso esperado do ativo; desgaste e quebra física esperada; obsolescência técnica ou comercial proveniente de mudanças ou melhorias na produção, ou de mudança na demanda do mercado para o produto ou serviço resultante do ativo; limites legais ou semelhantes no uso do ativo, tais como as datas de término dos arrendamentos mercantis relacionados. A depreciação foi realizada assim que cada item do ativo imobilizado estava disponível para uso. A depreciação de outro ativo é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual a vida útil, que é estimada como segue:

- Máquinas equipamentos– 10 anos (10%a.a.)
- Edificações– 25 anos (4%a.a.)

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos foram revisados e ajustados, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço, os valores serão revisados.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do Valor de venda como valor contábil e são reconhecidos em outro ganho (perdas) líquidos na demonstração do resultado.

NOTA 03 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor), sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

	2.022	2.021
Caixa	86.576,40	151.200,90
Bancos Conta Movimento	1,00	2.117,79
Aplicação Financeira	2.424,01	838,06
	89.001.41	154.156,75

NOTA 4 – AJUSTE A VALOR PRESENTE

Considerando que as operações mercantis são de curto prazo não se faz necessário o cálculo do AVP, e os reajustes são aplicados com base em índices são divulgados levando em consideração a inflação do mercado brasileiro.

NOTA 5 – TESTE DE IMPAIRMENT- TESTE DO VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS

Com o objetivo de fundamentar a dispensa da necessidade de aplicação do teste de redução de valor recuperável dos ativos, já que pontua os motivos que asseguram que os valores registrados contabilmente do valor de mercado que poderá ser recuperado em caso de venda, sendo os motivos apontados através de um laudo técnico:

5.1 Fontes internas de informação:

As fontes internas de informação utilizadas pela Empresa, para a não aplicabilidade do teste de redução de valor recuperável de ativos, foram fornecidas pela equipe técnica da própria empresa, que é constituída por Engenheiros altamente capacitados e com ampla experiência no segmento.

- a) Um dos principais fatores que se apresenta como fonte de respaldo para assegurar a recuperabilidade do valor dos ativos imobilizados é a constante atualização do parque fabril da Empresa, visando a manutenção de sua performance no que tange a qualidade e produtividade, bem como prolongamento do tempo de uso, propícia à contínua modernização fabril, evitando assim a desvalorização ao longo dos anos por desgastes naturais pelo tempo de uso e também por obsolescência.
- b) A manutenção das instalações fabris, contemplando a parte civil e também de instalações elétricas, aquisição de máquinas, mudanças constantes de layouts, visando otimizar a capacidade produtiva nas linhas de produção, aliada a substituição de máquinas e componentes, garante indústrias modernas e que não sofrem desvalorização com o passar do tempo.

5.2 Fontes externas de informação:

As fontes externas de informação utilizadas pela Empresa, para a não aplicabilidade do teste de redução de valor recuperável de ativos foram baseadas nos itens que seguem:

- a) O valor de mercado dos ativos que compõem o parque fabril da Empresa, não sofre diminuições significativas provocadas pela ação do tempo, nem mesmo pelo seu uso contínuo, devido a política de manutenção preventiva que a empresa possui e que é aplicada continuamente em seu parque fabril;
- b) Além da aplicação da política de manutenção preventiva, a Empresa preocupa-se constantemente com a atualização de seu parque fabril, buscando sempre substituir máquinas e equipamentos obsoletos por outros com tecnologia avançada, o que garante a manutenção e a recuperabilidade de seu ativo contábil; e
- c) Atualmente a Brasil possui diversas políticas de incentivo a inovação tecnológica e desenvolvimento das empresas, o que auxilia significativamente para que as mesmas possam estar sempre em pleno desenvolvimento. Especialmente em relação a diversas linhas de crédito que possibilitam investimentos com taxa de juros e prazo de pagamento bastante atraente, o que facilita a manutenção e investimento do parque

fabril em constante modernização, reduzindo muito qualquer possibilidade de desvalorização.

Com isso a Empresa conclui que não há necessidade de aplicação do teste de redução ao valor recuperável.

NOTA 6CAPITAL SOCIAL

O capital social em 31 de dezembro de 2022, bem como o de 2021 era de R\$ 1.318.266,00 subscritos e integralizados, sendo representado por 1.318.266 ações ordinárias com valor nominal igual a R\$ 1,00.

Sócios	Nº de Quotas	Valor
Vera Helena De Oliveira Vendramini	1.358	1.358,00
Claudio Edmundo Vendramini	1.316.908	1.316.908,00
	1.318.266	1.318.266,00